

OS DESAFIOS E AVANÇOS DA INCLUSÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Aparecida de Freitas Batista ¹
Edna Sousa Nunes ²
Monica Batista Pinheiro ³

RESUMO

As inquietações existentes sobre a modalidade de inclusão educacional têm ocasionado insegurança e um desafio para os docentes que se encontram despreparados para atuar com alunos com necessidades educativas especiais. Ainda, com a baixa expectativa dos professores em referência a aprendizagem cognitiva, e, com discurso de impossibilidade de haver inclusão nos moldes como está posta. Considera-se que esta pesquisa possa favorecer as reflexões e que contribua para novos horizontes do paradigma da inclusão.

Palavras-chave: Inclusão. Formação Docente. Escola Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A elaboração dessa pesquisa se deu pelo fato de haver grande repercussão sobre essa problemática estritamente discutida, pois é um tema de ampla relevância. Então, pretendemos averiguar se os espaços educativos e se os trabalhadores dessa demanda educacional estão sendo organizados e capacitados corretamente para acolherem as crianças portadoras de necessidades especiais, sobretudo, o ponto da base de adequações escolar não depende somente dos professores, mas da gestão escolar e dos investimentos que se fazem necessários às reformas e adaptações dos espaços escolares. Portanto, nessa visão procura-se esclarecer alguns avanços e melhorias traga as pessoas com deficiência através da implementação das políticas públicas, entretanto, até se faz necessário mencionar que por mais que as leis existam, elas não são efetivamente exercidas, sendo discutidas genericamente.

No desenvolvimento desse estudo utilizamos recursos de pesquisa propostos por diferentes autores, para prepararmos com objetividade uma busca bibliográfica. Conforme defendem alguns autores, esse tipo de pesquisa é primordial e eficaz, pois consente ao pesquisador impetrar uma postura científica para à preparação de subsídios de produções científicas já existentes, que objetivam o entendimento e as dificuldades do docente na inclusão social no contexto escolar.

¹ Mestranda do Curso da Universidad Del Sol - Paraguai, cidafbatista@yahoo.com.br;

² Mestranda do Curso da Universidad Del Sol – Paraguai, proednanunes@gmail.com

³ Mestranda do Curso da Universidad Del Sol – Paraguai, monicapinheiromuniz@yahoo.com.br

Contudo, foi elaborado o estudo com a finalidade de entendermos como se apresentam os ambientes escolares, como se encontra a formação do corpo docente educacional e quais os seguimentos a serem analisados e seguidos na busca de soluções e contribuições na inclusão de crianças com deficiência, diante dos avanços e desafios encontrados no aprendizado destes alunos.

Conclui-se que, para a concretização e ampliação dos direitos resguardados a crianças com deficiência, é de suma importância se fazer exercer o previsto na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN que tratam sobre o tema. Isto é, a submissão ao que está previsto nos documentos já seria satisfatória para requerer o processo de inclusão dessas crianças, reafirmando o direito de todos os alunos à educação no ensino regular e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), contendo como função identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que busca a eliminação de qualquer obstáculo que possa impossibilitar a participação plena dos alunos, levando em consideração suas necessidades específicas, sem qualquer tipo de distinção.

A abordagem do avanço da inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares de ensino requer a estima de seu aprofundamento, visto que é um assunto de grande relevância. Entretanto, é fundamental analisar se o ambiente escolar e os profissionais de educação estão preparados apropriadamente para acolher essas crianças.

Diante das diferentes fases apresentadas pela inclusão escolar, se destacam duas delas: a inclusão do espaço físico, isto é, a oferta de uma infraestrutura adequada para que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma específica; e a segunda é a observância no diz respeito à formação profissional do docente que lida com essas crianças, uma vez que sua qualificação terá impacto direto no processo ensino aprendizagem destes alunos. Vale a pena ressaltar, que essas crianças não podem ser apenas inseridas no contexto escolar, devem ser efetivamente incluídas, sendo necessária sua adequação aos espaços educacionais que na verdade já deveriam estar devidamente preparados para recebê-los.

Contudo a política nacional de inclusão busca ajuste que visam tornar a escola acolhedora e que envolva cada aluno em sua especificidade, ou seja, o espaço precisa se adequar diante de diversas situações e atividades, para que seja possível atender as demandas dos alunos que ali estão e, em se tratando da criança com deficiência, essa adequação precisa estar presente desde o ambiente físico até as adaptações curriculares.

A carência de pesquisas, suporte e investimentos na educação inclusiva infelizmente é algo desproporcional, diante da necessidade atual. É necessário criar diálogos entre

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

professores para troca de experiências, estabelecer parcerias com a comunidade escolar, respeitar as limitações e diferenças individuais, valorizar o trabalho educacional escolar, dentre tantas outras modificações. Com o objetivo de expansão naquilo que é primordial para a inclusão escolar, esta pesquisa foi realizada com referências empíricas e teóricas que visam entender as grandes dificuldades enfrentadas pelos professores condutores da inclusão escolar e o que cada um de fato almeja em contribuição para a mudança desta triste realidade. Sabendo que remover as barreiras é tarefa de todos.

A LEGISLAÇÃO REGULAMENTAR E SUA TRAJETÓRIA

No transcorrer do tempo, a educação no Brasil apresentou grandes transformações e desafios na inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais - NEE na rede regular de ensino. Para concretizar tais exigências, esses alunos necessitam estar completamente enquadrados ao contexto escolar, para que do mesmo modo possam se desenvolver naturalmente tanto no ensino acadêmico, quanto em seus desenvolvimentos físicos, sensoriais, cognitivos e emocionais.

Contudo, compreendemos que os centros de ensinos necessitam estar capacitados para amparar estes alunos, bem como os docentes necessitam de uma qualificação apropriada para que ocorra uma atuação de forma eficaz e segura na formação e no desenvolvimento desses alunos. É dever do corpo docente a busca por qualificação que vise o aprimoramento de capacidades e habilidades no desenvolver de práticas pedagógicas que envolvam a inclusão social no ensino escolar.

Constatamos que a inclusão escolar não está interligada somente a inserção de crianças com necessidades educacionais especiais nas redes regulares de ensino, mas também na busca pelo desenvolvimento delas no ambiente escolar no qual sejam capazes de potencializar o seu aprendizado ao ponto de atuarem de forma crítica e fundamental no seu convívio social.

Para que a inclusão ocorra de forma efetiva e concreta o caminho a ser percorrido ainda é longo e complexo, pois se requer uma atenção especial aos limites das crianças incluídas em sala de aula. Portanto, a escola deve ser vista como um ambiente genuinamente educativo, onde se busca ensinar e aprender, onde se observará a troca de experiências e a busca por mudanças específicas e adequadas no contexto escolar.

Assim sendo, nota-se que é imprescindível que todo o corpo escolar se adeque á mudanças e propostas necessárias para que ocorra a efetiva educação e o bom desenvolvimento dos saberes e competências da educação.

Deste modo, é nítido que o educador de forma isolada não seja capaz de desenvolver um trabalho e práticas pedagógicas na formação integral do ser humano, seja ele portador ou não de necessidades educacionais especiais. Além da participação do restante do corpo escolar ser indispensável é primordial à participação da família no desenvolvimento destas crianças, pois com a contribuição de todos trilharemos o caminho correto para a construção da formação básica, cognitiva e social do cidadão.

Conforme Teperino (2009), para que o processo de aprendizagem ocorra satisfatoriamente, é essencial que a criança esteja equilibrada emocionalmente, pois quanto maior e melhor for o contato afetivo, maiores serão as experiências sensoriais, possibilitando um desenvolvimento cognitivo adequado.

O que norteia esse método de inclusão no Brasil de fato, é a partir da criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE) em 1986 que passou a promover ações para garantir a permanência dos alunos com deficiência na escola. Do mesmo modo o Brasil e outros países procuraram instituir ações na mesma perspectiva, e se preocuparam com essas mesmas questões.

Contudo, não apenas às instâncias governamentais que se atentaram com essa problemática e a lutarem por avanços na inclusão, os cidadãos por estarem atentos, e cada vez mais articulados em torno dos seus interesses, e desse modo expressivo transmitiram força para que houvesse esse debate político.

Diante destes questionamentos ocorreu a criação de Leis e Decretos, se destacando em 1961 a Lei Nº 4.024. LDBEN (Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional), que pretendia nortear o atendimento educacional das pessoas com deficiências, apontando em direção aos direitos dos “excepcionais” à educação, preferencialmente, dentro do sistema regular de ensino.

Na Carta Magna de 1988 como fonte primária, no que se refere à Educação Inclusiva se destaca o previsto nos artigos 206 e 208, inciso I: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Diz ainda a Constituição Federal do Brasil (1988 p.123):

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Foi instituída também a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990; O Estatuto da Criança e do adolescente, de 1990; A Declaração de Salamanca, de 1994;

A Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996; A Resolução nº 2 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; A Lei nº 10.172, de 2001 – Aprova o Plano Nacional de Educação; O Decreto nº 6.094/07; A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Resolução nº 4 CNE/CEB. Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014.

Conforme a Declaração de Salamanca, a Educação Inclusiva passou a ocupar o seu devido espaço e o seu real conhecimento e efetivação com a publicação da legislação e posteriormente com a implantação de práticas inclusivas para a concretização dos direitos adquiridos a todos aqueles amparado pela lei.

A Declaração de Salamanca ressalta:

“aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (SALAMANCA, 1996, p.1).

Isso beneficia os alunos especiais, que passam a ter os mesmos direitos dos demais alunos, inclusive de vivenciarem as experiências educativas que a escola regular oferece.

Conforme REGO (1995), “a escola deve ser um espaço para transformações, as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua e a criatividade.” Dessa forma, precisa-se de uma escola que não tenha medo de arriscar, que tenha coragem para criar e questionar o que está estabelecendo, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão.

Foi um período longo, pois durante esse processo de construção da Política Nacional de Educação Especial e com a finalidade de extinguir as desigualdades educacionais do país derrotando os obstáculos que impediriam o acesso e a permanência na escola, foi criado pelo Ministério da Educação e enviado ao Congresso Nacional o projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação – PNE, que foi aprovado em 25 de junho de 2014 e estabeleceu 10 diretrizes objetivas e 20 metas estruturantes que garantiriam o direito à educação básica de qualidade, a universalização da alfabetização e ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais, das quais, o marco nesse plano foi estabelecido em sua Meta 4, e suas dezenove estratégias, que tratou exclusivamente da educação especial, como traz o texto do PNE:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014. p.55)

O Plano Nacional de Educação concebeu um marco na educação nacional. Porém, quando completou três anos, em 25 de junho de 2017, o PNE, tinha oito prazos intermediários

vencidos e apenas seis dos trinta dispositivos relacionados integralmente cumpridos, conforme divulgado pelo Relatório 3 Anos de Plano Nacional de Educação, do Observatório do PNE - OPNE (2017, p. 3).

Contudo, o Plano representa uma enorme orientação para a redução das desigualdades e atrasos educacionais do Brasil, mas para que fossem cumpridas as metas ou se alcançasse algum resultado, deveria ter sido elaborado, em seguida, um plano norteador para que as políticas públicas sustentassem todas as outras ações e que priorizassem as metas e as estratégias definidas.

Muitas barreiras dificultavam a implantação de um sistema educacional brasileiro inclusivo, gratuito para todos e que oferecesse oportunidades educacionais adequadas a todos os estudantes. Apesar disso, era preciso também reconhecer os avanços já alcançados e aceitar os desafios que se apresentavam, direcionando os esforços, engajando os grupos envolvidos como sociedade, educadores, famílias, órgãos não governamentais que apoiassem o projeto da Escola para Todos a fim de avançar em direção às transformações na sociedade, à conquista de políticas públicas e da validação dos direitos adquiridos.

O ESPAÇO FÍSICO E A ACESSIBILIDADE NA ESCOLA

A sociedade escolar, assim como a sociedade em geral, ainda se encontra em uma construção paulatina pelo reconhecimento, aceitação e adaptação dos direitos que norteiam as pessoas portadoras de necessidades especiais. A acessibilidade apresentada tem permanecido agregada em leis como maneira de se garantir os direitos a elas, até mesmo as que possuem deficiência, onde buscam o acesso a todos os elementos que possam ser obtidos ou frequentados.

É comum encontrarmos obstruções físicas e imperfeições nas construções de edificações, onde ocasionam dificuldade na locomoção e o livre acesso das pessoas que por sua vez podem possuir alguma deficiência, como cadeirantes ou deficientes visuais. Após desta análise, compreende-se a importância da acessibilidade para a sociedade. Em se tratando do ambiente escolar, a acessibilidade é algo de grande relevância e necessidade, uma vez que uma edificação escolar não adaptada poderá acarretar na exclusão de determinadas crianças, bem como do seu direito a educação conforme as leis os asseguram.

A acessibilidade é um fator essencial nesse processo de inclusão educacional. Muito se discute sobre os espaços e os ambientes escolares onde existe a capacidade para proporcionar e aproximar-se junto à comunicação e a convivência entre as pessoas. Sucessivamente a população sempre faz as mesmas perguntas, se os locais são acessíveis, geralmente a resposta

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

é positiva baseada na existência de uma rampa, independente se está adequada ou não. Os Governantes apenas fazem sem seguir as determinações que são pertinentes, ao acesso a rampa, pois a mesma se tornou um símbolo de acessibilidade física, assim como o banheiro adaptado. No entanto, a adequação dos espaços não se resume apenas a estes dois elementos.

A acessibilidade está bem mais além do que a adaptação de rampas e banheiros ela é um conjunto de condições e possibilidades de alcance a todas as pessoas, para a utilização com segurança e autonomia de espaços e edificações, sejam eles públicos ou privados. O mobiliário e os equipamentos devem proporcionar a maior autonomia, conforto e independência possível a todos e dar a pessoa com deficiência, o direito de ir e vir a todos os locais da escola, de se comunicar livremente e participar de todas as atividades com o máximo de independência possível.

Além da acessibilidade arquitetônica, é necessário prover a acessibilidade na sinalização e comunicação, e estimular acessibilidade atitudinal como forma de desenvolver uma cultura de valores inclusivos na escola. Além disso, é indispensável às ajudas técnicas que são produtos, instrumentos, equipamentos ou sistemas técnicos usados por uma pessoa com deficiência, especialmente produzidos ou disponíveis no mercado, que previne, compensa ou atenua uma incapacidade.

A TECNOLOGIA ASSISTIVA

Para que a inclusão se consolide se faz necessária a adequação do espaço escolar, de seus aparelhamentos e materiais pedagógicos, além da especialização para a capacitação dos profissionais que trabalhem com essa demanda.

Portanto com a indigência de especialização dos docentes, aos novos recursos tecnológicos apresentam uma eficiente solução para facilitar a utilização no contexto da inclusão. Os recursos podem ser designados como tecnologia assistiva, ou ajudas técnicas.

Contudo, o trabalho consiste em como objetivar e discutir a importância dos recursos de tecnologia assistiva no cotidiano escolar, com evidência nos materiais pedagógicos adaptados que auxiliarão no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência.

Existe uma grande inquietação em torno da qualificação e especialização na formação docente, pois se precisa ir além do discurso. Necessita ser efetivada no cotidiano dos professores que trabalham na educação básica brasileira, discernindo que através delas muitos outros problemas poderão ser conseqüentemente, resolvidos.

Como argumenta Saviani (2009):

Trata-se, pois, de eleger a educação como máxima prioridade, definindo-a como o eixo de um projeto de desenvolvimento nacional e, em consequência, carrear para ela todos os recursos disponíveis. Assim procedendo, estaríamos atacando de frente, e simultaneamente, outros problemas do país, como saúde, segurança, desemprego, pobreza, infraestrutura de transporte, de energia, abastecimento, meio ambiente etc. (SAVIANI, 2009, p.153).

Lauand (2005) ressalta que a TA é vista como um verdadeiro campo do conhecimento, um conjunto de técnicas, recursos, materiais, metodologias, serviços, produtos e estratégias que visam aumentar a participação, inclusão social, autonomia, condição de vida melhor e independência das pessoas com necessidades especiais, incapacidades, transtornos e mobilidade reduzida. Nessa base, incluem-se diversos profissionais que trabalham em distintos ramos para desenvolver aparatos, pesquisas e tudo que seja necessário para garantir a aplicação da Tecnologia Assistiva - TA em todos os lugares e pessoas em geral. A amplitude dessa tecnologia assistiva vem de mãos dadas a diversos recursos destinados a dar suporte a pessoas portadoras de algum tipo de deficiência.

Portanto utilizam-se esses recursos por diferentes necessidades, por exemplo, cadeira de rodas, prótese, órtese, e infindáveis aparelhos e equipamentos de adaptações, nas mais distintas áreas de necessidade pessoal.

Contudo classifica-se que as tecnologias assistidas são: meios que auxiliam a vida diária e praticidade do dia-a-dia, materiais pedagógicos que visibilizam e complementam suas necessidades especiais; aumentam a comunicação e buscam alternativa por meio de aparelhos ou recursos de acessibilidade ao computador, dentre outros.

Tudo isso só foi possível devido a estudos, pesquisas, análises e testes que são otimizados com o objetivo de melhorar a vida das pessoas com deficiência em todos os quesitos. São esses termos teóricos e práticos que compõem e definem a tecnologia assistiva, que se trata de uma união de vários fatores fundamentais e versáteis, realmente progressista.

Conforme pautam os autores que abordam sobre essa tecnologia assistiva, elas passam a ajudar por meios de técnicas elucidadas, para que as pessoas possam através de acessório, ter uma melhoria na forma de exercerem às atividades; Para outras elas são indispensáveis, onde é a tecnologia que contribui para sua comunicação com o exterior, tanto nas situações de educação como nas demais interações sociais.

Assim o estabelecido no decreto nº 5.296/2004, é que a acessibilidade deve estar em uma condição para uso, com garantia e autonomia, integral ou assessorada, dos espaços, equipamentos, edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Frente à carência de pesquisas sobre as dificuldades e os desafios enfrentados pelo professor da educação inclusiva, este estudo busca compreender os impasses e impedimentos enfrentados pelos professores de uma escola da rede pública municipal de Padre Bernardo – GO.

Participaram dessa pesquisa 08 professores, entre os participantes 07 eram do sexo feminino e 01 do sexo masculino. A idade média dos professores em anos foi entre 25 e 54 anos. O tempo médio que os participantes lecionam é de 4 a 18 anos. Todos os professores lecionam entre o 4º e 9º ano.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário composto por 10 questões, com o intuito de coletar informações referentes a sexo, idade, formação, preparação profissional para inclusão escolar, conhecimentos legislativos referentes às políticas públicas de inclusão escolar, faixa salarial, desafios e medidas que possam facilitar a prática da inclusão nas escolas. É importante ressaltar que o questionário foi acompanhado de um termo de consentimento livre e esclarecido para resguardar os profissionais. O estudo foi proposto a todos os professores, após o interesse em participar os questionários foram entregues, esclarecidos junto com o termo de consentimento, e acordados que o prazo seria de uma semana.

Com o objetivo de caracterizar a formação inicial e continuada dos professores, pôde se verificar que a formação acadêmica dos professores é a seguinte: 51% dos professores possuem graduação e 49% são pós-graduados, em relação à formação continuada em relação ao processo de inclusão de aluno com NEE, apenas 01 professor já participou de palestras e cursos relacionados à inclusão. Percebe-se que os professores possuem grande interesse na formação continuada e vontade de participar de palestras e cursos, porém se trata de uma cidade do interior que não oferece cursos livres relacionados ao tema, e a secretaria de educação também não oferta eventos que abordem a inclusão como tema. Diante desses resultados podemos questionar qual é o impacto dos cursos oferecidos e realizados para a prática profissional da inclusão escolar? A maioria dos professores afirma ter pouco preparo e que gostariam que o município investisse, com cursos de formação profissional.

A inclusão escolar implica, efetivamente, um aprimoramento constante dos professores, com a apresentação de instrumentos e referenciais que evoluam e desenvolvam as práticas pedagógicas aplicadas por eles. A preparação apropriada de todos os educadores, o aprimoramento dos profissionais, seja através de palestras abrangentes ou treinamentos

específicos, é o ponto fundamental para a efetivação do processo inclusivo nas escolas. Essa preparação não está relacionada, somente aos métodos e recursos especializados, mas também a um trabalho que oriente e proporcione o desenvolvimento de competências e habilidades na exploração e domínio cada vez mais amplo de suas próprias práticas docentes. (GOMES, GONZALEZ REY, 2007).

A partir das análises até então apresentadas, os resultados apontam a carência da preparação profissional para se trabalhar com alunos com NEE.

No entanto, ao se pensar na efetivação da inclusão nas escolas, é imprescindível que o professor conheça os embasamentos principais que cercam essa questão. Portanto, ao serem questionados quanto ao conhecimento legislativo, apenas 12% indicam possuir algum tipo de conhecimento dessa base legal e jurídica em relação à educação inclusiva. Isso nos leva a refletir que a falta de comprometimento pode ser mútua, tanto dos responsáveis legais pela educação municipal, quanto dos professores.

Outro fator importante enfatizado no questionário foram os pontos negativos da inclusão. Os professores foram unânimes em relatar que existe falta de materiais pedagógicos para se trabalhar a educação inclusiva, falta de investimento por parte do governo em recursos e capacitação de profissionais, negligência dos pais em relação à educação e cuidado com os filhos e assumem que se sentem desamparados para lidar com alunos com necessidades especiais, em contrapartida TODOS descobriram a riqueza que representa o trabalho na diversidade e decidiram enfrentar o desafio, mas se sentem em alguns momentos desvalorizados pelo governo que poderia olhar com mais amor e cuidado para todos os alunos, principalmente os que possuem algum tipo de deficiência, seja ela qual for.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o objetivo deste estudo foi atingido na medida em que foram sendo reveladas as percepções dos professores sobre as dificuldades no trabalho inclusivo e nas entre linhas aclarando a fragilidade da sua formação. Entretanto, os professores anunciam-se e denunciam-se despreparados. Esta constatação torna este estudo relevante por suscitar discussões a respeito do assunto e desta forma contribuir com estudos já desenvolvidos nesta área, favorecendo a compreensão do processo inclusivo.

Também, pode auxiliar no direcionamento da formação docente contribuindo para o avanço da experiência da educação inclusiva. A pesquisa não trouxe conclusões definitivas. Todavia, espera-se que as inquietações e questões levantadas ao longo deste estudo possam de

alguma forma ser útil ao campo da educação e particularmente a reflexão dos professores e sua formação.

Portanto, é nítido que nas relações de ensino que envolva a inclusão escolar, o amor pelo conhecimento é algo de grande relevância, pois é através dele que se desenvolvem metodologias específicas de ensino para adapta-las a cada situação ou até mesmo a cada criança de forma particular. Sendo assim, se atinge a prática pedagógica ideal a cada aluno, bem como a efetivação da construção de boas relações no cotidiano escolar.

Conclui-se que a inclusão se colocada como uma nova modalidade educacional de afetividade e motivação, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade como situação provocadora de interações entre os alunos que possuem características pessoais, sociais, culturais das mais diversas. Ressalta-se ainda que, essa modalidade propõe que a prática pedagógica se amplie e enriqueça frente às diferenças e que novas disciplinas que direcionem o professor a atuar diretamente com crianças com necessidades educacionais especiais, sejam incluídas no currículo dos cursos de formação de professores ofertando aos mesmos a oportunidade em desenvolver profissionalmente para que assim possam valorizar a criticidade dos alunos e contribuir bem mais com o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, promulgada em 13. jul.1990, 4ª Ed. Brasília.2003.

BRASIL. O direito de ter direitos. In: Educação Especial: tendências atuais. Brasília MEC/Seed. 1999.

BRASIL. Constituição Federativa da República Brasileira de 1988. Senado Federal: Brasília,2004.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei nº 9.394 de dezembro de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FREITAS, Soraia et al. **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria: Ed UFSM, 2005.

GOMES, C.; GONZALEZ REY, F. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca de inclusão escolar. **Revista Psicologia: ciência e profissão**. V. 27, n. 3. Brasília, 2007. ISSN 1414-9893.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LAUAND, G. B. A. *Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para favorecer a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais*. 2005. 210 f. Tese (Doutorado em Educação Especial (Educ. do Indivíduo Especial)) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

MANZINI, E. J. **Recursos pedagógicos para o ensino de alunos com paralisia cerebral**. In: *Mensagem da APAE*. n. 84, v. 36 p. 17 -21, jan./mar. 1999.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados II**/ Secretaria de Educação Especial – Brasília: ABPEE – MEC: SEESP, 2007.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Ministério Público Federal. In: **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (ORGs), 2. ed.rev. e atualiz. Brasília, 2004. p.60.

REGO, Tereza Cristina. **Vigotsky: Aprendizado e desenvolvimento, um processohistórico**. São Paulo. Scipione, 1995.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. M. A acessibilidade à informação no espaço digital. *Ci. Inf.*, Brasília, v.31, n.3, p.83-91, set/dez. 2002.